

RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**
ADVOGADO : **JANAÍNA MARQUES DA SILVEIRA E OUTRO(S)**
RECORRIDO : **DINARTE DIAS DOS SANTOS**
ADVOGADO : **IVOREMA JOSEFINA RODRIGUES**
INTERES. : **SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - "AMICUS CURIAE"**
REPR. POR : **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**
INTERES. : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

DESPACHO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina versando acerca da **"atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07"**.

O presente recurso teve seu julgamento afetado à Segunda Seção, nos termos do art. 2º da Resolução n.º 8/2008 desta Superior Tribunal de Justiça.

Considerando o número elevado de demandas sobre o mesmo tema, a necessidade de uma abordagem técnica, bem como o grande número de interessados no julgamento da questão, considero valiosa e necessária a realização de **audiência pública**, com vistas a municiar esta Corte com informações indispensáveis para o deslinde da controvérsia.

A audiência pública será realizada em um único dia, na data de **09 de fevereiro de 2015, a partir das 14:00**.

O tempo para exposição dos interessados será estipulado em conformidade com o número de interessados, oportunizando-se a juntada de memoriais.

Os interessados poderão manifestar seu desejo de participar e de indicar expositores **até as 20:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2015**.

Superior Tribunal de Justiça

Os requerimentos de participação deverão ser encaminhados **EXCLUSIVAMENTE** para o endereço de *e-mail* **dpvat@stj.jus.br** até o prazo acima fixado.

Pede-se que, no *e-mail* de inscrição, seja feita a indicação precisa acerca da posição do interessado, com vistas a uma composição plural e equilibrada do quadro de expositores.

Nos termos do art. 154, parágrafo único, inciso I, do RISTF, aplicado aqui analogicamente, solicito a divulgação, no sítio do Superior Tribunal de Justiça, bem como por meio da assessoria de imprensa do tribunal, da abertura de prazo, até o dia 4 de fevereiro de 2015, para o requerimento de participação na audiência pública.

Comunique-se o teor deste despacho aos demais integrantes da Segunda Seção desta Corte, bem como ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2014.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator